

COGEAE – PUC/SP
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO: HISTÓRIA, SOCIEDADE E CULTURA

O ACERVO DOCUMENTAL DO CDDH-O:
A MORADIA E O PASSO A PASSO

Alexandre Lopes dos Santos
RA: 00049110

Trabalho de Conclusão de
Curso (TCC) feito sob
orientação da professora
Olga Brites.

SÃO PAULO
AGOSTO / 2011

DEDICATÓRIA

A todos aqueles que decidiram, e decidem enfrentar as injustiças do dia-a-dia, tomando para si as rédeas da sua história.

A meus pais, que doaram parte de suas vidas à essa causa, contribuindo para escrever a bonita história do *CDDH-O*.

A professora Olga Brites, por todos os ensinamentos que me ajudaram, e muito, na realização desse trabalho. Que continue na sua jornada, enriquecendo o estudo da história.

Aos colegas de curso que, de uma forma ou de outra, estão presentes nas discussões feitas ao longo desse *TCC*.

A minha esposa, mulher companheira que, em muitos momentos, foi compreensiva e paciente. Agradeço pelo permanente incentivo, desde a matrícula no curso, até a entrega desse trabalho.

A vida, que sempre insiste em se renovar, desafiando as dificuldades e trazendo muita alegria e esperança.

HOJE¹

Muitos instantes vivi,
Muitos tombos caí,
Desde o dia que nasci.

Crescendo e cantando;
Céus e terras olhando;
Pelas estradas caminhando;
Até hoje fui chegando...

Comecei então a enxergar,
O Amor se afastar,
A Verdade se acabar;

Vejo o homem maltratado,
O menino, meu criado;
O homem violentado
E seu direito desrespeitado;

Vejo o sentir da opressão,
Que fere o coração
Desta multidão...

E tu dizes:
- Caminha, mesmo cansado;
Talvez seja pouco amado;
Levanta a cabeça e olha de lado,
Prédios! Pouco é de seu agrado!

O que fizeram de sua pessoa...
De que te chamam? De à toa???

É culpa da sociedade
Que lhe tirou a liberdade!
E de que ela se constitui?
Será que não é de homens
Essa sociedade
Sem caridade?

Te chamam de vagabundo,
De marginal ao mundo.
Porém...
Se pede; te negam e te mandam
embora;
Não deram oportunidade ontem
e nem dão agora!

Eu digo:
- Que será que o Criador pensa,
Dos nossos pensamentos,
Dos nossos tormentos,
Dos nossos momentos...

Penso Sim Senhor, no meu Criador;
Com um pouco de dor,
A tentar compreender esse Amor,
Que entre os homens se pôs.

Amor desvirtuado,
De um homem cansado
Num mundo marcado,
Por falta de Paz, de Justiça
E de Verdadeiro Amor.

¹ Poema de Rosa Satiko Kurano, retirado do jornal *Passo a Passo*, nº 11, ano III, dezembro/1984 - janeiro/1985.

ÍNDICE

Justificativa.....	página 05
Osasco: “Cidade Trabalho”	página 06
<i>CDDH-O</i> : Breve Histórico.....	página 08
Acervo Documental.....	página 11
1. Reivindicações Sociais.....	página 12
2. Administrativo.....	página 14
3. Ata de fundação da entidade.....	página 16
O “Passo a Passo”	página 18
➤ Questões principais.....	página 20
➤ A moradia.....	página 22
Conclusão.....	página 31
Bibliografia.....	página 34

JUSTIFICATIVA

O *CDDH-O* (Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Osasco), entidade da sociedade civil organizada, que existiu na região de Osasco entre as décadas de 1970 e 1990, produziu um rico acervo documental, resultado direto de sua atuação, ora organizando os movimentos sociais, ora prestando uma assessoria jurídica aos casos de violência policial.

O objetivo deste Trabalho de Conclusão de Curso (*TCC*) é justamente a realização de uma análise destes documentos, até então pouco conhecidos, numa tentativa de trazer à tona o dia-a-dia desta entidade, recuperando a importância histórica do *CDDH-O*, e inserindo-o, em seu devido lugar, no rol dos movimentos sociais de Osasco.

OSASCO: “CIDADE TRABALHO”

Osasco, que hoje conta com uma população de mais de 700 mil habitantes, é a principal cidade à oeste da Região Metropolitana da Grande São Paulo, ocupando uma área de 65 quilômetros quadrados e fazendo divisa com o município de São Paulo.

Sua emancipação data de 1962, quando deixou de ser distrito da capital. O brasão do então novo município, definido em 1969, e utilizado até hoje, traz o lema “Osasco: Cidade Trabalho”, uma evidência da tradição industrial presente em sua história. Desde meados do século 20, Osasco começou a acolher em seu território algumas das principais empresas de variados ramos industriais: Cobrasma, Braseixos, Eternit, Santista, entre outras, para falar apenas dos exemplos mais conhecidos.

Por estar bem próxima à capital, Osasco atraía essas indústrias, que se instalavam principalmente ao longo da linha de trem (Estrada de Ferro Sorocabana), se aproveitando da facilidade para o escoamento da produção. O tamanho e o porte dessas empresas faziam com que necessitassem de um grande contingente populacional para funcionarem. Surgiam aqui as vilas operárias, concentrando num mesmo lugar uma grande população de trabalhadores para essas indústrias.

A esse respeito, Francisco Weffort², compara Osasco à Contagem, em Minas Gerais, chamando atenção para a alta concentração de indústrias e capitais em ambas cidades, o que gerava um ambiente muito propício ao desenvolvimento das lutas operárias, que culminaram com as greves de 1968. Na sua opinião, esses movimentos inovaram, por inaugurarem “formas alternativas de orientação e organização” no movimento sindical, que parecia destruído desde o golpe civil-militar de 1964.

² WEFFORT, Francisco Correa. *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968*. São Paulo, Cebrap, 1972.

Osasco lançou seu nome então, como importante palco na história dos movimentos sociais do estado de São Paulo, e até do Brasil. Iniciava-se uma nova tradição: a “cidade trabalho” também passou a ser a cidade dos movimentos sociais. Novos sindicatos, associações de moradores, organizações político-partidárias, entre outras entidades da sociedade civil, se desenvolveram em seu território.

Apesar disso, esse passado de lutas, além de não ser devidamente valorizado, ainda é pouco conhecido, principalmente entre as pessoas que vivem em Osasco. Em geral, são valorizados somente aspectos de uma historiografia oficial, que privilegia a figura dos *heróis emancipadores* que “fundaram o município”. Faz-se necessário então, recuperar essa memória das lutas sociais.

CDDH-O: BREVE HISTÓRICO

A greve de 1968 (já referida anteriormente) foi duramente combatida pelas forças policiais do governo ditatorial, que até então comandava o Brasil. Os líderes da greve foram presos, o Sindicato dos Metalúrgicos sofreu uma intervenção governamental, e teve sua atuação esvaziada. Essa repressão, que se estendia a vários setores da sociedade brasileira, acontecia da mesma forma em Osasco. A exemplo do Sindicato dos Metalúrgicos, os demais movimentos sociais da região encontravam-se desarticulados e sem nenhuma atuação efetiva.

Durante a Ditadura Civil-militar no Brasil (1964-1989), a igreja Católica sempre exerceu um papel fundamental como espaço de resistência e organização dos movimentos sociais, na luta por seus direitos. É só lembrarmos da atuação dos freis Dominicanos, das Comissões de Justiça e Paz, da luta contra a carestia, das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), que procuravam agir à luz da *Teologia da Libertação*³.

Foi nesse contexto que Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo entre os anos de 1970 e 1998, começou a se tornar conhecido por seu discurso em defesa dos *Direitos Humanos*⁴. Ele acreditava no trabalho pastoral com esses direitos como sendo uma prioridade de ação da igreja Católica. A partir dessa decisão, um grupo de militantes católicos da cidade de Osasco teve a idéia de criar uma entidade, uma pessoa jurídica que poderia, legitimamente, prestar assistência às classes sociais mais afetadas pela política de exclusão do Estado brasileiro.

Assim nascia, em 1977, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Osasco (CDDH-O), que teve sua concepção elaborada anos antes, como mostra o texto a seguir:

³ Corrente teológica desenvolvida na década de 1970, que prega a “opção preferencial pelos pobres”, que devem lutar por sua libertação da pobreza.

⁴ Direitos Humanos: entendidos como todos os direitos necessários para qualquer pessoa gozar de uma vida digna: moradia, segurança, alimentação, emprego, liberdade de expressão, etc.

“Com as inúmeras dificuldades de organização dos trabalhadores e com a prisão, em 1975, do líder camponês José Manuel da Conceição, na casa do Padre Domingos Barbé, no bairro do Munhoz em Osasco, vem a necessidade de se ter uma entidade juridicamente constituída, para fazer enfrentamento às situações de violações de direitos humanos ocorridas na região.”⁵

Percebe-se então que o *CDDH-O*, desde sua fundação, sempre manteve uma forte ligação com a igreja Católica. Esse Centro, que viria a ser o segundo desse tipo a ser criado no Brasil, teve uma importante atuação durante as décadas de 1970 e 1980 na região de Osasco, funcionando como uma frente de resistência ao autoritarismo e à violência arbitrária do período ditatorial.

Num período em que as antigas instituições de luta social passavam por uma crise, fazia-se necessária a criação de novos espaços de atuação, que, segundo Eder Sader⁶, eram forjados por novos sujeitos, que por sua vez, também se constituíam no interior da dinâmica desses movimentos sociais.

O *CDDH-O* é resultado da construção desses novos espaços de luta? Suas lideranças correspondem ao *novo sujeito* definido por Sader? Chegarei a essas respostas ao final da pesquisa.

Através dos trabalhos de formação praticados pela entidade, vários líderes sociais passaram pelo *CDDH-O* e muitos desenvolveram a sua atuação política por meio dele. Ele atingiu então, uma importância fundamental na reorganização dos movimentos sociais em toda a região.

A partir de sua atuação, prestando uma assistência jurídica aos casos de abuso de violência policial e de conflito por moradia, o *CDDH-O* trabalhava para organizar as pessoas, comunidades e movimentos, na defesa de seus direitos. O *Centro* funcionou como uma espécie de reduto de resistência, onde a

⁵ CEDHRO. *História do Centro de Defesa de Direitos Humanos de Osasco – CDDHO: um resgate da memória social*. Osasco, parceria com a Caixa Econômica Federal, 2005. p.08.

⁶ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

população podia se reunir para participar de formações político-cidadãs, e discutir sobre a importância de sindicatos, sociedades amigos de bairro e partidos políticos para a reivindicação de melhorias na sociedade. Diversos sindicatos da região, movimentos sociais e até o próprio Partido dos Trabalhadores (*PT*) articularam-se (ou re-articularam-se) a partir do *CDDH-O*.

Com o entrar da década de 1990, o cenário político no Brasil já não é mais o mesmo. Enquanto o regime militar caminhava para seu fim⁷, o *CDDH-O* tinha a sua atuação enfraquecida. Muitos de seus membros passavam a militar em outros espaços (movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, etc.). Após alguns anos sem uma atuação efetiva, ele foi encerrado oficialmente em 1997.

Sete anos depois, no intuito de retomar a luta em defesa dos *Direitos Humanos*, alguns dos seus antigos membros, junto com outras pessoas, fundaram o *CEDHRO* (Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Região Oeste da Grande São Paulo), em Setembro de 2004. É sob a guarda desta entidade que está toda a documentação que utilizei nesse trabalho.

Apesar da grande presença do *CDDH-O* no interior das lutas sociais da região e no enfrentamento à Ditadura Civil-militar, até hoje foram produzidos pouquíssimos trabalhos sobre sua existência e atuação. O mais conhecido deles, uma publicação (em um único número) feita em 2005⁸, que conta um pouco de sua história, explorando alguns aspectos de seu acervo documental.

⁷ Termo referente ao processo de redemocratização por que passava o Brasil, ao final de um regime ditatorial, que perdurava desde o golpe de 1964.

⁸ CEDHRO. Op.cit.

ACERVO DOCUMENTAL

Como já dito anteriormente, o acervo produzido pelo *CDDH-O*⁹ durante a sua atuação, se encontra sob a responsabilidade da diretoria do *CEDHRO*¹⁰. Trata-se de um amontoado, com um volume de aproximadamente 1,5 m³, contendo os mais diversos tipos de documentos: correspondências, fichas cadastrais, dossiês, trechos de processos judiciais, recortes de notícias, relatórios, publicações (periódicas ou não), atas, contratos, notas fiscais, ofícios, estatutos da entidade, fichas de contribuição dos sócios, prestações de contas e até fotografias, entre outros.

Uma investigação sobre a atuação do *CDDH-O* permitiu-me inferir quais eram os principais campos de atuação desta entidade, a partir daí elaborei uma divisão desse corpo documental em cinco grupos:

- ▶ Reivindicações sociais: abrangendo documentos sobre meio ambiente, violência policial, violência doméstica, reforma agrária, moradia, emprego, saúde, questões étnicas e transporte público.
- ▶ Questões político-partidárias.
- ▶ Igreja Católica.
- ▶ Administrativo.
- ▶ Finanças.

Segue nas próximas páginas uma breve descrição sobre alguns dos documentos que fazem parte deste acervo.

⁹ Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Osasco

¹⁰ Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Região Oeste da Grande São Paulo.

I - Reivindicações sociais:

1. Uma pasta com a descrição de vários casos de pessoas que procuraram o *CDDH-O* para uma assistência jurídica, de saúde, familiar, psicológica, educacional ou de segurança.
 - 174 casos no período entre os anos de 1981 e 1982,
 - o primeiro fator de identificação nas fichas individuais é o nome da comunidade a qual a pessoa pertence.

2. Dossiê publicado pelo *CDDH-O* em junho de 1982 com o relato de dez casos de violência policial acompanhados pelo *Centro* (de 1979 a 1982).
 - “As alegações posteriores, por parte dos PMs, não justificam os crimes ocorridos, denotando sim a arbitrariedade com que a polícia age, impunemente, no seu objetivo primordial de garantir a segurança dos cidadãos brasileiros. O despreparo dos soldados militares é gritante ao resultar em casos de violência, de tortura, de morte, de mortes misteriosas e/ou ingênuas (...)”

3. Treze envelopes contendo documentos relativos a processos jurídicos assessorados pelo *CDDH-O*. Em sua maioria, litígios relacionados à moradia.

4. Cinco pastas contendo recortes de jornais, notícias, textos e materiais produzidos por movimentos sociais sobre os seguintes temas: reforma agrária (1983), desemprego (1983-1985), movimento negro, movimentos de juventude, a questão do menor e a FEBEM (1983-1988).

5. Pasta com documentos relativos à questão carcerária: vistorias feitas a presídios da região (1986), encaminhamento de relatórios dessas visitas aos órgãos competentes, reivindicações dos presos, manuais de direitos da população carcerária com dicas para a formação de “Organizações Comunitárias pelos Direitos dos Presos” (1983).

6. Pasta com diversos documentos: recortes de revista sobre a situação econômica, política e social da África do Sul (1981); cartas, convocações e relatos do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos; documentos sobre “(..) CPI instalada na Câmara Municipal de São Paulo para investigar a origem e responsabilidade pelas ossadas no cemitério Dom Bosco, em Perus (...)” (1990); informativos do INESC (Instituto de Estudos Sócio-Econômicos – 1990); carta assinada por várias entidades em repúdio à proposta de realização de um plebiscito sobre a pena de morte, apresentada pela Câmara dos Deputados (1990); documentos sobre tentativa de constituição de uma Associação Nacional de ONG’s (1990); documento sobre o movimento sindical (1991); reunião realizada entre posseiros do Jardim Sucará e o prefeito Parro de Osasco; relatório do “Encontro regional de meios de comunicação popular não escritos” (1984); e documentos a respeito do aumento da tarifa de ônibus em Osasco (1983).

II - Administrativo:

1. Alguns livros e cartilhas que faziam parte do acervo da entidade:

- *En qué consiste la labor de Amnistía Internacional?*. Gran Bretaña, Amnesty International Publications, 1985.
- *Manual dos Direitos do Preso*. São Paulo, Instituto de Estudos Especiais da PUC-SP / Centro Santos Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, 1989.
- HUGON, Paul. *História das Doutrinas Econômicas*. São Paulo, Editora Atlas S.A., 1972.
- JUNG, C. G. O *Desenvolvimento da Personalidade*. Petrópolis, Editora Vozes, 1981.

2. Atas de assembleias da entidade: cópias de atas de algumas assembleias ordinárias do CDDH-O, acontecidas entre os anos de 1979 e 1984. Realizadas anualmente, essas reuniões eram divididas em quatro partes:

- Prestação de contas: era feito um relato sobre as atividades desenvolvidas pela entidade ao longo do último ano.
- Balanço financeiro: um outro relato, apresentando as entradas e despesas financeiras ao longo do último ano, e a atual situação da entidade.
- Admissão de novos sócios: discussões sobre critérios para aceitação ou não de pretendentes a sócios da entidade.
- Processo eleitoral: a cada dois anos ocorriam calorosos debates sobre a eleição da nova diretoria. Regras, datas e candidatos eram extensamente discutidos, até a realização da eleição, propriamente dita.

Interessante ressaltar aqui a constante preocupação que os membros do CDDH-O tinham em conseguir tornar a entidade auto-sustentável, conforme verificado em quase todas as atas. Financiada por doações internacionais, a entidade prestava conta todos os anos, mas vislumbrava, num horizonte não muito distante, a possibilidade de se manter através das doações dos sócios, o que lhe garantiria uma total independência.

3. Estatuto do *CDDH-O*: um livreto, contendo na íntegra o texto do Estatuto do *Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Osasco*, com suas alterações aprovadas.

Provavelmente confeccionado para distribuição aos sócios, esse documento traz todas as obrigações e direitos dos associados, além das características da entidade.

III - Ata de fundação da entidade:

Cópia, autenticada em cartório, da ata de fundação do *CDDH-O*, realizada no dia 07/08/1977. Quando também aconteceu a aprovação do estatuto e a eleição da primeira diretoria.

Na ocasião, Domingos Barbé relatou o contato com o trabalho do Centro de Defesa de João Pessoa, na Paraíba, de onde surgiu a ideia de fundar um Centro, calcado nos mesmos princípios, aqui na cidade de Osasco. Essa entidade, constituída juridicamente, “para poder agir oficialmente”, deveria ser um instrumento a serviço dos defensores dos *Direitos Humanos*.

“O Centro de Defesa dos Direitos Humanos quer ser apenas um organismo ‘a serviço de ...’. Não um Centro que orienta, governa, suscita o trabalho a ser feito. Apenas um instrumental a ser utilizado, não um órgão de liderança.”

É muito interessante também, notar a definição clara de um posicionamento político que a entidade recém criada teria, diante da conjuntura nacional naquela época: ela deveria somar forças para a construção de “um outro modelo social”. Levando adiante princípios comunitários, e sugerindo, inclusive, que seus membros tivessem “um nível de vida mais modesto”, e propondo a venda de prédios e terras não utilizados pela comunidade cristã.

Por fim, verifica-se a presença dos ideais da “não-violência” e “firmeza permanente”, também presentes em outras organizações sociais do mesmo período: “Agir com constância, durante anos se for preciso. Ter fé no poder da verdade. Podemos morrer, mas não vamos correr; agir sem violência física ou moral.” De acordo com Mário Carvalho de Jesus¹¹, os movimentos sociais deveriam se inspirar em grandes pacifistas, como Gandhi e Adolfo Pérez Esquivel, para desenvolver ações que evitassem o confronto direto com as forças do Estado, ao mesmo tempo em que continuassem firmes em suas reivindicações, sempre confiando na verdade e na justiça.

¹¹ JESUS, Mário Carvalho de. *Cimento Perus: 40 anos de ação sindical transformam a velha fábrica em Centro de Cultura Municipal*. São Paulo: JMJ, 1992.

O “PASSO A PASSO”

“O suporte financeiro possibilitou que em 1982 fosse produzido o jornal ‘Passo a Passo’, quando Benedito Domingos Mariano era o presidente da entidade. O jornal foi um instrumento de divulgação e de luta dos direitos humanos e das questões sociais na região, além de representar um importante material de documentação da memória social daquela época.”¹²

Fruto de uma iniciativa de imprensa popular, o jornal *Passo a Passo* foi publicado graças ao pioneirismo e à criatividade dos membros do *CDDH-O*, que escreviam os artigos, acompanhavam os acontecimentos para depois noticiá-los ou desenhavam as charges, tudo coordenado pelo jornalista Jorge Batista, numa época em que “(...) fazia-se jornal na ‘unha’, (...) tinha que se virar com as tiras de colunas de texto para ‘pestapar’ (colar) nos diagramas das páginas, para servir como base para impressão”¹³.

Como o próprio nome sugere (*Passo a Passo*), a ideia do jornal era divulgar as experiências de lutas sociais que agiam frente aos problemas enfrentados pela população no seu dia-a-dia, buscando a conquista de direitos sociais. Revela-se aqui a própria visão da entidade (que produzia o jornal) de que os *Direitos Humanos* tinham que ser construídos (passo a passo), a partir da organização da sociedade frente às questões cotidianas.

E quando o jornal se refere às *lutas sociais*, não se restringe a uma classe específica, parece-me que a proposta era discutir as lutas da população como um todo, em suas diferentes organizações. Inclusive, fazer propaganda de iniciativas positivas, que poderiam ser aproveitadas por outros grupos.

E o que eram os *Direitos Humanos* que eles defendiam? Em um conceito bem geral, eram nada mais do que todos os direitos que a pessoa deveria ter respeitados para poder ter uma vida digna, em todas as suas dimensões. Direitos civis, direitos políticos, direito à vida, à segurança, à moradia, direito à se organizar, etc. Essa era a ideia que o *Passo a Passo* criava e procurava difundir.

¹² CEDHRO. Op.cit. p.09.

¹³ CEDHRO. Op.cit. p.15.

Isso explica a gama de assuntos presentes nos dezesseis números do jornal (03 a 17 e 20) encontrados entre os documentos: questões sobre a violência policial, ações contra o desemprego, lutas do movimento sindical, pelo direito à saúde, à moradia e ao transporte, apoio aos movimentos por reforma agrária, entrevistas com líderes do movimento social, solidariedade com movimentos de outros países, debates em relação à Constituinte e às eleições diretas, além de trabalhos de formação e discussão em torno do tema *Direitos Humanos*.

Todo esse caleidoscópio parece refletir o fervilhar por que passavam os movimentos sociais naquela época, provocando um “alargamento do espaço da política”¹⁴, num momento que se tornaria “decisivo na transição para uma nova forma de sistema político”¹⁵. Nas palavras de Sader:

“A imagem viva da emergência de um sujeito coletivo, como um ato de afirmação de setores sociais até então excluídos do cenário oficial, (...) novos personagens que alteraram os roteiros preestabelecidos.”¹⁶

► Questões principais:

¹⁴ SADER, Eder. Op.cit. p.20.

¹⁵ SADER, Eder. Op.cit. p.26.

¹⁶ SADER, Eder. Op.cit. p.29.

A partir dos jornais encontrados, pode-se perceber que o período de produção desse periódico engloba os anos de 1982 até pelo menos 1989. Há seções fixas? Quais assuntos são recorrentes em suas edições? O que é esporádico? Quais são os temas preferenciais? Como se desenvolve a fala do jornal ao longo do tempo? Foram estas as questões que me guiaram, ao longo da análise do jornal.

Me limitei aqui aos anos de 1983 à 1987, já que consegui encontrar todos os números editados durante esse período (nºs 03 a 17). E, nesse primeiro momento, tentarei traçar uma caracterização do *Passo a Passo*, em cima do primeiro número encontrado (nº03 – julho/1983 – anoll).

Como já explicitado anteriormente, a proposta do jornal era noticiar as lutas e as vitórias das organizações sociais. Oferecendo apoio e estimulando a construção de espaços para a atuação dessas organizações da sociedade civil, na defesa de seus direitos. Direitos esses que eram conquistados *passo a passo*, a partir das discussões em torno das seguintes questões:

- Violência policial: buscava-se uma conscientização, através de informações que todos deveriam saber para afirmar seus direitos e denunciar os abusos.
- Poder público: instância a qual a população deveria recorrer, reivindicando o cumprimento de seus direitos, e exigindo a sua aplicação no dia-a-dia.
- Cultura: não deveria esperar-se que o Estado promovesse ações culturais. A verdadeira cultura, “livre, criativa e crítica”, só poderia desenvolver-se a partir das organizações populares, que deveriam exigir do poder público o apoio a essas ações.
- Moradia: inserida junto aos outros *Direitos Humanos*, deveria ser uma garantia exigida junto ao Estado. Além disso, estimulava-se a criação e o fortalecimento de organizações sociais que procurassem alternativas sem a presença do poder público.

- Transporte público: do mesmo jeito deveria ser garantido pelo Estado, a um preço que fosse justo para a população, e não a serviço dos lucros dos empresários.
- Desemprego: o trabalho remunerado é visto como forma de garantir a vida de cada trabalhador. Sendo assim os desempregados deveriam exigir do poder público a solução dos problemas decorrentes da falta de emprego.
- Pessoas como sujeitos: enfim, diante de tudo isso, percebe-se a presença da ideia de que cada pessoa deveria ser, ela mesma, sujeito de seus direitos. Não podendo ficar somente aguardando uma solução do poder público para os seus problemas diários.

▶ A moradia:

As questões sobre o direito à moradia e o acesso à casa própria são assuntos correntes no *Passo a Passo*. Em praticamente todos os números do jornal aparecem notícias e artigos a esse respeito. Parece-me claro que esse tema figurava entre as principais linhas de atuação do *CDDH-O*.

A moradia, aqui entendida como parte dos *Direitos Humanos*, é vista como fundamental para o exercício pleno da cidadania. Arriscaria dizer que ela aparece como um dos direitos mais básicos de qualquer pessoa. Isso explicaria essa certa “prioridade” dada pelo *Passo a Passo*.

Acrescentemos a isso, o fato de que Osasco, à época recém emancipada, era uma cidade ainda em formação, com muitas áreas desocupadas (não urbanizadas) e uma população que não parava de crescer, por conta da migração causada pela presença das inúmeras indústrias em seu território.

Fazendo uma breve análise de alguns documentos do acervo, é possível resgatar a história de alguns bairros de Osasco, e até de outras cidades da região, que na verdade se formaram a partir de ocupações e conflitos pela posse da terra.

Diante de tudo isso, resolvi desenvolver a minha análise a partir desse ponto, procurando percorrer as seguintes questões: Como o *CDDH-O* enxergava o direito à moradia? Como isso se situava dentro de sua concepção de *Direitos Humanos*? Como se desenvolveu essa reivindicação social na região? Quais eram as principais ações? Quais eram as formas de organização? Quem eram os sujeitos dessas lutas? Qual a relação com o poder público?

Apresento nas próximas páginas as reportagens presentes no *Passo a Passo*, a respeito do tema *Moradia*:

nº03: Julho/1983 – ano II

Manchete: “União do Munhoz tem projeto de habitação”.

Noticia o projeto “Solo Cimento” desenvolvido pela União das Famílias da Cidade Munhoz, cujo objetivo é dar treinamento para que cada um produza seu tijolo de maneira mais barata, garantindo um custo menor na construção.

nº04: Agosto/1983 – ano II

1ª Manchete: “Mutuários resistem contra os aumentos”.

Publica as decisões tomadas durante a Assembleia Estadual de Mutuários Paulista, realizada no dia 31 de julho daquele ano, para tentar barrar o aumento nas prestações junto ao *BNH*¹⁷.

2ª Manchete: “Prefeitura baixa ‘pacote’ da associação pró-mutirão”

Noticia que o lançamento do projeto da prefeitura de Osasco que cria a “Associação Pró-mutirão” vai contra os interesses dos desempregados e dos participantes dos mutirões.

3ª Manchete: “Munhoz com a mão na massa no projeto ‘solo e cimento”

Faz propaganda do trabalho feito pela União das Famílias do Munhoz Jr. e Vilas Adjacentes, que fabrica tijolos, oferece cursos de pedreiro e constrói casas em regime de mutirão. “(...) Passo a Passo, a população do Munhoz caminha no sentido de construir sua sede (...)”

4ª Manchete: “Osasco: no Jardim Helena Maria a luta pela terra”

Informe sobre a realização de uma reunião com o vereador João Paulo, hoje deputado federal, para tentar resolver o problema de 118 famílias que ocupam um terreno irregular, e estão ameaçadas de despejo.

5ª Manchete: “Comunidade Bom Pastor: loteadores não respeitam os direitos dos moradores”

Notícia sobre a luta dos moradores de quatro loteamentos em São Paulo, que já pagaram por seus imóveis, mas ainda não receberam a escritura.

nº05: Setembro e Outubro/1983 – ano II

1ª Manchete: “Moradores exigem suas escrituras”

¹⁷ Banco Nacional da Habitação, instituição pública, criada em 1964, voltada ao financiamento e à produção de empreendimentos imobiliários.

Informa sobre uma assembleia geral que aconteceria, com a participação de compradores de loteamentos clandestinos, que se reuniram para discutir e buscar soluções aos seus problemas. Também denuncia quais são as imobiliárias da região que tinham como prática vender esse tipo de terreno.

2ª Manchete: “Não pague, não mude, não entregue”

Notícia uma reunião acontecida no município de Carapicuíba, onde os mutuários da *COHAB*¹⁸ decidiram manter o boicote ao pagamento das prestações do *BNH*, como forma de pressionar o Estado a atender às reivindicações sociais.

3ª Manchete: “Assim o povo se defende do loteamento clandestino”

Traz dicas para que as pessoas não comprem terrenos em loteamentos que, na verdade, são clandestinos. Denuncia a conivência dos órgãos públicos, que muitas vezes se beneficiam com essas transações irregulares. Apresenta “Os dez mandamentos do comprador” e informa sobre a formação da “Comissão de terrenos clandestinos”, que se reuniria quinzenalmente na sede do *CDDH-O*.

nº06: Novembro/1983 – ano II

1ª Manchete: “Os mutuários continuam contra o aumento do *BNH*”

Informa sobre as ações que vêm sendo desenvolvidas pelo “Movimento dos Mutuários da *COHAB* de Carapicuíba”. Entre elas, um atendimento jurídico feito pelo advogado do *CDDH-O* aos moradores que estavam em dívida com suas prestações. Interessante notar novamente o destaque dado ao lema do movimento: “não pague, não mude, não entregue”.

2ª Manchete: “Loteamentos clandestinos: povo pressiona a prefeitura”

Destaca a luta dos moradores de algumas áreas clandestinas do município de São Paulo, que cobram da prefeitura da capital a regularização de sua situação. A reportagem ainda denuncia as falcatruas cometidas pela imobiliárias para burlar as leis.

nº07: Dezembro/1983 – ano II

¹⁸ Companhia de Habitação de São Paulo, criada em 1965 pela prefeitura da capital, com o objetivo de construir moradias destinadas à população de baixa renda, na região metropolitana da Grande São Paulo.

Manchete: “Mutuários de Carapicuíba já preparam ação contra o BNH”

Notícia ação que os moradores da *COHAB* de Carapicuíba pretendem mover contra o *BNH* pelo não recebimento dos contratos assinados em 1979. Também informa que 57% dos moradores da *COHAB* deixaram de pagar as prestações devidas.

nº08: Janeiro e Fevereiro/1984 – ano III

1ª Manchete: “Loteador quer expulsar os favelados do Helena Maria”

Extensa reportagem sobre o conflito pela posse de um terreno, no bairro Helena Maria, em Osasco, onde vivem “120 famílias que ocupam 119 barracos”, e que estão ameaçadas de despejo pelo suposto dono da área, que tem planos de vendê-la. Relata toda a negociação feita junto à prefeitura, com o acompanhamento do *CDDH-O*, além das providências tomadas até o momento.

2ª Manchete: “Moradores vão a São Paulo para regularizar terrenos”

Informes sobre o processo de negociação dos moradores dos loteamentos Jardim Imperial, Jardim do Lago I e II e Vila Nova Jaguaré, com a SERLA (Supervisão Especial de Regularização de Loteamentos e Arruamentos) da Prefeitura de São Paulo.

3ª Manchete: “Favelados se organizam e marcam reunião para Março”

Notícia a organização do “Encontro de Favelas do Município de Osasco”, que aconteceria com o objetivo de discussão e troca de experiências sobre a luta pela posse da terra.

nº09: Março e Abril/1984 – ano II

1ª Manchete: “A terra prometida”

Editorial presente na primeira página do jornal, que faz uma análise da situação fundiária do país, evidenciando o “despejo de milhares de sem terra nas cidades”, o que agrava ainda mais os problemas de moradia. Convoca a sociedade a participar da “Campanha Nacional pela Reforma Agrária”, e se encerra com os seguintes dizeres: “Apoiamos todas as formas de luta da classe trabalhadora pela posse da terra (...)”.

2ª Manchete: “Aqui e agora, a terra prometida”

Relata as ações do “Movimento por Moradia Filhos da Terra” que ocupa, com 1027 famílias, um terreno da Santa Casa que, na opinião dessas pessoas, “deve ter uma função social”. Apresenta ainda suas reivindicações, que incluem a desapropriação da área, calcada no Artigo 20, da Lei federal 4132, de 10/11/1962.

3ª Manchete: “COHAB de Carapicuíba terá associação de mutuários”

Notícia a tentativa de criação da “Associação dos Mutuários de Carapicuíba”, para acompanhar o andamento das reivindicações junto ao presidente da COHAB e ao secretário de habitação, principalmente com relação ao valor das prestações: aumento não abusivo, congelamento das dívidas dos desempregados, anistia das prestações em atraso. Fica evidente o apoio e participação do CDDH-O nessa luta.

nº10: Julho e Agosto/1984 – ano II

1ª Manchete: “Favelas terão encontro dia 29”

Divulga a realização do “Encontro sobre terra e moradia” que discutiria os problemas enfrentados nessa área pela população, à luz do artigo 25¹⁹ da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*²⁰.

2ª Manchete: “Encontro Estadual de Direitos Humanos”

Traz um relato detalhado sobre as discussões feitas durante o “11º Encontro Estadual de Direitos Humanos”. No item “2 – A luta pela terra na cidade”, é feito um histórico das lutas desenvolvidas pelo “Movimento por Moradia Filhos da Terra”, que ocupam uma área pertencente à Santa Casa, entre Guarulhos e

¹⁹ Artigo XXV: 1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.

²⁰ Declaração promulgada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de Dezembro de 1948, que estabelece os direitos básicos que devem ser garantidos a cada cidadão.

Jaçanã, e exigem a desapropriação do terreno. Já no item “4 – Mutuários organizam federação”, são publicadas as ações da recém criada “Federação das Associações dos Mutuários do Estado de São Paulo” (*FAMESP*), que, entre outras coisas, planejava um ato público contra os aumentos nas prestações da casa própria. Também é feito um breve relato sobre a situação dos mutuários da *COHAB* de Carapicuíba, que decidiram continuar o boicote às referidas prestações.

3ª Manchete: “Itapevi: loteamentos de Vitápolis pressionam prefeitura”

Informa sobre a reunião realizada entre a “Comissão de Loteamentos do *CDDH-O*” e moradores de três loteamentos da cidade de Itapevi, que buscam regularizar sua situação junto à prefeitura.

nº11: Dezembro/1984 e Janeiro/1985 – ano III

1ª Manchete: “Emprego, Segurança, Moradia: Direito de Todos”

Editorial presente no interior do jornal, que faz uma discussão a respeito do aniversário de 36 anos da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* que, apesar de assinada também pelo Brasil, ainda não era uma realidade por aqui. Com relação à moradia, chama a atenção para a contradição com o artigo 17²¹, já que a cada dia aumenta o número de favelas e, citando o editorial: “*Os que escapam das favelas acabam submetidos à ganância dos proprietários inescrupulosos que transformam casas e prédios em cortiços, também sem condições de moradia*”.

2ª Manchete: “A grande vitória dos favelados da área BM”

Notícia com muita pompa a “vitória” dos moradores de uma favela situada no Jardim Helena Maria, em Osasco, que há 15 anos vinham ocupando essa área. Eles conseguiram, com a intermediação da prefeitura, a compra do terreno, que seria paga pelas famílias em várias parcelas, ao contrário do que desejava o proprietário. A reportagem faz ainda um breve histórico das ações desenvolvidas nos últimos anos, e ressalta a importância da participação do *CDDH-O*, inclusive

²¹ Artigo XVII: 1. Toda pessoa tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros.
2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

na criação, junto com a comunidade, da “Associação Unidos da Área BM”, uma representação dos moradores, para atuar na defesa de seus direitos.

3ª Manchete: “Posseiros enfrentam a ameaça de despejo”

Informa sobre as ações desenvolvidas por uma “comissão de moradores”, acompanhada pelo *CDDH-O*, frente a um processo que pede o despejo dos agricultores de uma área conhecida como Açucará, na divisa entre os municípios de Osasco e Santana de Parnaíba. A reportagem afirma que os moradores têm documentos que comprovam a compra e posse da terra, e exigem uma solução, por parte da prefeitura de Osasco.

nº12: Abril e Maio/1985 – ano III

Manchete: “1984: Aqui o trabalho e a luta do Centro de Defesa: II – terra e moradia”

Diante de uma tentativa de “tomada da entidade”, ocorrida na última assembleia, a diretoria do *CDDH-O* resolveu dar uma resposta, utilizando o periódico *Passo a Passo* para divulgar um relatório das atividades desenvolvidas ao longo do ano anterior. Sobre o tema *Moradia*, foi feito um levantamento de todas as ações em que a entidade esteve presente, desenvolvendo trabalhos classificados como: organização e conscientização da população e descoberta de novas lideranças (em movimentos ainda não organizados), ou acompanhamento, assessoria e/ou apoio (em “movimentos que já possuíam uma organização anterior”); o que resultou num total de 11 casos, em diversas cidades da região de Osasco.

nº13: Outubro e Novembro/1985 – ano III

1ª Manchete: “A questão da terra na cidade”

Informa sobre a decisão tomada pela Comissão de Terra e Moradia do *CDDH-O* de elaborar uma cartilha voltada às questões de posse da terra nas cidades. O objetivo da cartilha seria orientar as ações dos movimentos sociais, divulgar os trabalhos já desenvolvidos, além de informar quais “as leis que garantem a posse da terra aos favelados”.

2ª Manchete: “Ameaça de despejo não vai parar a luta em Novo Osasco”

A reportagem traz as ações desenvolvidas pelos moradores da favela “U”, no Jardim Novo Osasco. Foi formada, com a participação do *CDDH-O*, uma comissão de moradores para enfrentar uma ação de despejo e reivindicar melhorias para a comunidade, “sem intervenções de políticos e autoridades”, como destaca um morador.

3ª Manchete: “Famílias do Cipava: organização e esperança”

Notícia, da mesma forma, a luta dos moradores da favela “BD”, no Jardim Cipava, chamando atenção para todas as propostas já concretizadas por eles.

4ª Manchete: “Associação do ‘Braço Morto’ conquista terrenos da COHAB”

Comemora a conquista da “Associação dos Moradores das Áreas Livres do Braço Morto”, que seriam transferidos para duas áreas da *COHAB*, onde finalmente poderiam construir seu lar.

nº14: Fevereiro e Março/1986 – ano III

1ª Manchete: “Congresso de favelados”

Informa sobre a realização do 2º Congresso de Favelados de Piracicaba, que discutiu sobre a lei de concessão real de uso, a urbanização das favelas, a reforma agrária, a constituinte, entre outros.

2ª Manchete: “‘Áreas Livres’ terão reunião em Fevereiro”

Notícia a realização de um encontro de representantes de favelas que aconteceria em breve, para discutir as questões relacionadas a esse tema, além de debater a crescente reivindicação pela concessão de terras públicas às famílias que não têm renda suficiente para adquirir sua moradia.

nº15: Agosto e Setembro/1986 – ano III

Nenhuma referência ao tema.

nº16: Novembro e Dezembro/1986 – ano III

Manchete: “O projeto Casa para Todos”

Traz a informação de que foi aprovado pela Câmara de Osasco, o projeto de lei “Casa para todos”, que prevê a venda de áreas públicas aos favelados, por meio do pagamento de parcelas que não ultrapassem 5% do Salário Mínimo vigente.

A reportagem reitera que isso é uma conquista dos movimentos sociais, mas reivindica um outro projeto, que considere a “concessão do direito real de uso”, por meio do qual os moradores não precisariam pagar para ter a posse das terras em que já vivem.

nº17: Janeiro e Fevereiro/1987 – ano IV

Manchete: “*COHAB I* pode desabar”

Denuncia a situação de alguns prédios da *COHAB* em Carapicuíba, que correm o risco de desabar, além das péssimas condições da coleta de esgoto na região. A reportagem se encerra, cobrando uma explicação por parte da diretoria da Companhia.

CONCLUSÃO

Ao longo do desenvolvimento dessa pesquisa, pude perceber como era a dinâmica de trabalho do *CDDH-O*: o atendimento à população, os casos acompanhados, a estrutura organizativa, o financiamento... Enfim, tive a

possibilidade de tomar contato com algumas das ideias que povoavam o imaginário dos agentes sociais daquele determinado período histórico.

O *CDDH-O*, enquanto espaço de luta e participação popular, constitui-se numa estrutura até então inédita em Osasco, inaugurando novas formas de militância, apoio e inserção nos movimentos sociais da região. Fica bem claro na ata de fundação dessa entidade, que ela deveria ser uma nova ferramenta, a serviço das organizações populares, conforme já dito anteriormente.

Suas lideranças, então, passam a exercer um papel diferenciado, em meio às diversas lutas sociais. Não tratamos aqui dos líderes de determinado movimento social, que têm suas reivindicações específicas, de acordo com sua realidade. Falamos sim de um sujeito que age no conjunto dessas lutas, buscando agregar, dar visibilidade, apoiar e somar forças às diferentes organizações da população, que são consideradas legítimas, por trazer à tona as reivindicações sociais.

Voltemos aqui à ata de fundação novamente. Lá está escrito, de maneira bem objetiva, que o *CDDH-O* “(...) não se inspira de uma ideologia reformista. O seu objetivo longínquo é trabalhar por um outro modelo social = uma sociedade comunitária.” Sendo assim, todas as ações que somassem na construção dessa nova sociedade, buscando a superação das injustiças do presente e a transformação das desigualdades sociais, eram bem vindas para receber o apoio e o acompanhamento da entidade.

Vejo que o caso do *CDDH-O* encaixa-se perfeitamente em vários aspectos da análise social feita por Eder Sader²²: Os novos sujeitos, que se constituíam no interior dos próprios movimentos sociais, ao mesmo tempo, contribuía com a transformação dessas organizações, que assumiam um novo papel frente à sociedade. As antigas instituições, que passavam por uma crise (sindicatos, igreja Católica, esquerdas em geral), eram desfeitas e refeitas por seus sujeitos. Estavam sendo construídos novos lugares para exercitar a cidadania, através da “experiência do cotidiano popular”. Esses novos sujeitos, agora coletivos e

²² SADER, Eder. Op.cit.

descentralizados, encontraram uma nova forma de militar, em lugares políticos novos. Os movimentos então, se constituíam em espaços de formação e informação.

Por tudo isso, podemos afirmar que o *CDDH-O* provocou um alargamento do espaço da política, dando visibilidade a novos sujeitos, até então excluídos, num momento decisivo da sociedade brasileira, que era a transição para uma nova forma de sistema político.²³

E o *CDDH-O* não estava isolado em suas ideias e ações, era grande o número de entidades e movimentos que congregavam as mesmas propostas naquele momento histórico. Prova disso são as comunicações que o *Centro* desenvolvia com outras organizações, conforme correspondências, publicações e atas de encontros presentes no arquivo documental, que podem ser melhor analisadas no futuro.

Isso sem falar da própria ata de fundação (voltemos a ela mais uma vez), que diz que o *CDDH-O* deveria se guiar pela “não-violência” e “firmeza permanente”, ideais fortemente presentes em outros movimentos daquela época, tema já analisado ao longo desse trabalho.

Não podemos deixar de falar também, sobre a importância da assessoria jurídica que o *CDDH-O* prestava à população. Pessoas que eram aviltadas pela ação da polícia, que sofriam com a truculência e abuso de poder, que viam sua intimidade invadida, tinham a quem recorrer, buscando proteção e denunciando essa situação, para que fosse levada à justiça.

Com relação ao *Passo a Passo*, conjunto documental analisado mais profundamente nessa monografia, interessante notar o significativo papel que desempenhou em meio às lutas sociais daquele período. O jornal funcionou como um veículo de propaganda a serviço dos movimentos sociais, noticiando suas ações e permitindo o “intercâmbio” de experiências bem sucedidas. Além disso, assumiu uma função formativa, de levar até esses espaços as discussões

²³ Ideias também discutidas por Eder Sader em sua obra aqui analisada.

que tomavam conta do cenário político, social e econômico da sociedade brasileira em diferentes momentos.

Como a ideia era conquistar os direitos “passo a passo”, as pessoas eram chamadas à luta, agindo como sujeitos da sua história, buscando resolver, elas mesmas, os seus problemas. Ora reivindicando junto ao poder público, ora construindo alternativas em mutirão.

Enfim, para a realização desse trabalho, debruicei-me em apenas uma pequena parte de toda a documentação produzida pelo *CDDH-O*, muito por conta do escasso tempo que nos sobra nos dias atuais, em meio às atribuições e correrias de se viver e trabalhar numa cidade como São Paulo. Espero que isso tenha sido apenas um começo. Ainda há muito o que se estudar e descobrir, desbravando esse arquivo, que parece esquecido e entregue às ações do tempo, para se escrever (e re-escrever) a história das lutas sociais de Osasco, e do Brasil.

BIBLIOGRAFIA

CEDHRO. *História do Centro de Defesa de Direitos Humanos de Osasco – CDDHO: um resgate da memória social.* Osasco, parceria com a Caixa Econômica Federal, 2005.

JESUS, Mário Carvalho de. Cimento Perus: 40 anos de ação sindical transformam a velha fábrica em Centro de Cultura Municipal. São Paulo: JMJ, 1992.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

WEFFORT, Francisco Correa. Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968. São Paulo, Cebrap, 1972.